



Sessão temática: Questões agrária, urbana ambiental e Serviço Social.
Cidades, desastres e políticas urbanas.

OUTRAS PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA GESTÃO DE DESASTRES

ADRIANA SOARES DUTRA¹

Resumo: Historicamente voltado para o atendimento da população após a ocorrência de impactos, o exercício profissional de assistentes sociais nos desastres mantém-se reforçando características presentes desde a sua gênese, como o caráter subalterno e a ênfase na dimensão técnico-operativa, desvinculada das demais dimensões profissionais. O presente artigo constitui-se de uma breve apresentação dos resultados alcançados no processo de doutoramento que, ao demonstrar estes traços, propõe contribuir para sua alteração, buscando maior alinhamento entre as ações desenvolvidas por assistentes sociais na gestão de desastres e o projeto ético-político que vem sendo construído por segmentos da categoria desde as últimas décadas do século XX.

Palavras-chave: Gestão de Desastres; Serviço Social; Defesa Civil; Exercício Profissional.

Abstract: Historically focused on attending to the population after the occurrence of impacts, the professional practice of social workers in disasters continues to reinforce characteristics present since its genesis, such as the subordinate character and the emphasis on the technical-operative dimension, unrelated to other professional dimensions. The present article is a brief presentation of the results achieved in the doctoral process that, in demonstrating these traits, proposes to contribute to its alteration, seeking a better alignment between the actions developed by social workers in disaster management and the ethical-political project which has been built by segments of the category since the last decades of the twentieth century.

Keyword: Disaster Management; Social Work; Professional Interventions; Civil Defense.

1. INTRODUÇÃO

Partimos do entendimento de que desastres são acontecimentos resultantes das ações humanas. Não se caracterizam, portanto, por eventos isolados, individualizados e descolados da estrutura social. De acordo com Quarantelli (2015, p. 42), “a fonte ou a origem dos desastres se encontra no próprio sistema no qual eles aparecem. Eles não devem ser vistos como o resultado de uma força externa oriunda de impactos que atingem o sistema social”. Nesta mesma perspectiva, Siqueira (2015) sustenta que os desastres tanto agudizam expressões da questão social, como são, em si mesmos, mais uma dessas expressões.

¹ Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

Sendo as expressões da questão social objeto de intervenção do Serviço Social, verifica-se que o trabalho desenvolvido por assistentes sociais se encontra, frequentemente, vinculado aos desastres. No entanto, apesar da realidade apresentar um número expressivo de demandas para o Serviço Social nesse campo, o que se verifica até o momento é uma ênfase excessiva nos impactos e nos atendimentos dele decorrentes, conforme demonstrado pelos autores Santos (2012), Vargas (2015), Dutra (2017) e Avila, Mattedi e Silva (2017).

O assistente social comparece para o trabalho junto aos órgãos de proteção e defesa civil não como mais um integrante da gestão de desastres, mas como um profissional que participa, de forma esporádica, focalizada e eventual, da realização das ações que compõem este processo. Este tipo de vinculação alimenta um distanciamento entre assistentes sociais e a questão dos desastres, colocando desafios para que o mesmo seja pensado em sua totalidade pela categoria. O presente artigo constitui-se de uma breve apresentação dos resultados alcançados no processo de doutoramento que, ao dar luz ao exercício profissional de assistentes sociais na gestão de desastres, propõe contribuir para sua alteração, buscando maior alinhamento entre as ações desenvolvidas e o projeto ético-político que vem sendo construído por segmentos da categoria desde as últimas décadas do século XX.

1.2 Desastres, Serviço Social e Conservadorismo

A racionalidade hegemônica presente na gestão de desastres que leva a enxergar este fenômeno como um evento isolado e sem relação com a estrutura social, presente também em outros países do mundo e avessa ao posicionamento cunhado pela Sociologia dos Desastres, contribui para fomentar a indústria dos desastres. Conforme analisa Klein (2017), os desastres se somam às guerras e outros fenômenos sociais transformando-se em lucrativos investimentos do sistema capitalista em escala mundial.

No que tange ao incalculável número de afetados por desastres todos os anos, o tratamento de suas demandas não se distancia do que se verifica no caso de outras expressões da questão social. Como afirma Raichelis (2010, p. 755)

As respostas do Estado à questão social se realizam por meio de um sem-número de organizações sociais, por meio da fragmentação e setorização das necessidades sociais (daí as políticas sociais no plural), recortando-as em problemas sociais “particulares” como o desemprego, a fome, o analfabetismo, a doença, etc. dificultando a explicitação de sua raiz comum numa perspectiva de totalidade, provocando a atomização das demandas e a competição entre os segmentos demandantes do acesso a parcelas do fundo público. (RAICHELIS, 2010, p. 755).

Fragmentação, focalização e uma lista sem fim de critérios são características presentes nas recorrentes reclamações tanto por parte dos afetados como dos profissionais que atuam na área.

Todavia, a perpetuação desta realidade que vem de longa data, haja vista as "descobertas" que demonstram as relações entre a assistência social e a defesa civil desde a sua criação, no contexto do Estado Novo de Getúlio Vargas (DUTRA, 2017), resguarda relação também com características historicamente atribuídas à profissão em sua origem. O caráter subalterno presente no Serviço Social desde a sua gênese e a ênfase nas atividades práticas, vinculadas ao nível do imediato refletem, entre outros aspectos, as dificuldades enfrentadas pela categoria no que compete à articulação entre as diferentes dimensões que dão sustentação à profissão². Em que pesem essas características já terem sido largamente abordadas por autores consagrados no âmbito do Serviço Social, a exemplo de Netto (2002), permanecem como alvo de atenção em produções da última década, haja vista não terem sido superadas até o momento.

A prevalência do exercício profissional voltado para a execução terminal das políticas públicas, as dificuldades de efetivação de um atendimento que tenha como foco a garantia de direitos, os desafios que envolvem o trabalho em equipes interdisciplinares, muitas vezes realizado em condições precárias, na qual o assistente social assume uma condição de subalternidade, são alguns dos elementos que vem sendo abordados por autores que se dedicam ao estudo sobre o Serviço Social e seus fundamentos, apresentando-se como grandes desafios frente aos princípios e intencionalidades adotados pela profissão, em sua perspectiva crítica, a partir do processo de renovação.

²Referimo-nos às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, conforme descritas nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Estudo desenvolvido por Santos (2013), apresenta “[...] a dificuldade de apreensão da relação entre teoria e prática e, conseqüentemente, da relação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e/ técnico-operativa da intervenção profissional.” (SANTOS, 2013, p. 2) a partir da qual muitos estudantes e profissionais da área repetem o velho discurso de que "na prática a teoria é outra".

Ortiz (2010) também chama a atenção para a dificuldade de apreensão do lugar da teoria no exercício profissional, que se encontra estreitamente vinculada à prevalência de ações de cunho imediatista, outro elemento identificado pela autora no que se refere ao exercício profissional de assistentes sociais.

Considerando que uma das características que marcam a participação de assistentes sociais na gestão de desastres é a intervenção em emergências, as reflexões realizadas por Ortiz (2010) adquirem grande relevância para nosso estudo. A ausência de capacitação de assistentes sociais na gestão de desastres faz com que os profissionais chamados para trabalhar junto aos órgãos de proteção e defesa civil nos momentos de crise aguda dos desastres, muitas vezes, realizem este trabalho sem qualquer capacitação prévia, o que reforça a lógica do “aprender fazendo”, em detrimento de um investimento formativo dos profissionais no tema. Esta situação encontra certo respaldo na cultura voluntarista presente tanto na defesa civil como no Serviço Social, a partir da qual valores pessoais e até mesmo religiosos, como a solidariedade, a compaixão e a generosidade são enaltecidos, secundarizando e, algumas vezes, invalidando valores e compromissos profissionais.

Vargas (2015), ao se debruçar sobre os desafios e impasses postos aos profissionais de Serviço Social em contextos de desastres, chama a atenção para os riscos que o predomínio de uma forma de inserção precária na gestão de desastres traz para a profissão. Considerando que esta inserção se volta na direção de práticas de caráter assistencialista e conservador, a autora sustenta

que a mesma pode simbolizar um retrocesso ao que denomina de reino da necessidade³, em um contraponto com o reino dos direitos.

Segundo a autora, o meio técnico institucional, no qual predominam as ciências exatas e/ou naturais, tem representado, de maneira geral, as autoridades em desastre. Compreendendo estas autoridades não apenas como pessoas e suas funções, mas incluindo também a ciência, afirma o predomínio da ideia de que entre eles ou com eles encontra-se uma interpretação “mais qualificada” do mundo, em prejuízo das interpretações elaboradas pelas ciências humanas e sociais e dos sujeitos afetados pelos desastres.

3. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO CAMINHO

Estamos de acordo com os apontamentos de Vargas (2015) no que se refere aos riscos que uma inserção precária tem para a profissão, haja vista que a mesma encontra consonância com traços marcantes identificados na origem da profissão que se mantém, em alguma medida, no Serviço Social contemporâneo. No entanto, convém esclarecer que a crítica a este tipo de intervenção não significa uma negação do exercício profissional pós-impacto, especialmente no que se convencionou chamar de fase de resposta, na qual estão incluídas as ações desenvolvidas na emergência.

Sobre este aspecto, uma aproximação com as reflexões desenvolvidas por Vasconcelos (2006, 2007) mostra-se bastante válida. Ao analisar o cotidiano das unidades de saúde na área municipal da cidade do Rio de Janeiro, a autora descreve algumas características identificadas na prática profissional de assistentes sociais nos plantões, entre elas: o atendimento individual, voltado para as demandas espontâneas apresentadas pelos usuários; a busca pelo Serviço Social como resultante de encaminhamentos realizados por outros profissionais e/ou serviços; a escassez dos retornos, impossibilitando o acompanhamento de grande parte das demandas apresentadas; a prevalência de atendimentos que tem como objetivo principal a realização de orientações e encaminhamentos, incluindo a inscrição em

³ A expressão, utilizada pelo sociólogo Francisco de Oliveira, foi apropriada por Vargas (2013, 2015) para explicar o retrocesso ao atendimento de necessidades básicas dos afetados. Diferentemente de Francisco de Oliveira que contrapõe o reino das necessidades ao reino da liberdade, Vargas se utiliza da expressão reino dos direitos para efetuar este contraponto.

programas; a realização de aconselhamento e apoio; o atendimento a algumas solicitações de recursos materiais (em alguns casos) e a ausência de planejamento, sistematização e avaliação. A autora resume que se trata de:

[...] uma prática profissional burocrática que segue mecanicamente normas impostas pelo regulamento da administração, autoridade ou seu representante, e que ao priorizar um atendimento de escuta/acolhimento/ encaminhamento e/ou preenchimento moroso e mecânico de formulários, questionários, cadastros - que viabilizam acesso a benefícios ou inscrição em programas da instituição - referenda a complicação e morosidade da coisa pública burocratizada, que objetiva dificultar ou inviabilizar o acesso dos usuários a serviços e recursos enquanto direito social. (VASCONCELOS, 2006, p. 10).

Podemos afirmar que as características descritas por Vasconcelos nos plantões na área de saúde em muito se assemelham com a realidade encontrada nas emergências em contextos de desastres.

No entanto, o que nos parece interessante da abordagem da autora e que justifica a realização deste paralelo com a gestão de desastres é que ao estabelecer a crítica à prática profissional encontrada, Vasconcelos o faz de forma a preservar a importância do plantão como espaço de intervenção profissional. Nesse sentido, apreende-o como um espaço no qual o contato direto com os usuários ocorre e precisa ser valorizado. Em uma outra produção (VASCONCELOS, 1997), a autora aborda o importante papel que os profissionais que desenvolvem suas atividades neste espaço têm de avaliar criticamente os dados e informações que acessam no cotidiano profissional, de propor novas atividades, objetivando uma prática de maior qualidade, assim como de buscar apreender o movimento da realidade de forma a ultrapassar uma prática burocratizada e imediatista.

A partir destas questões, a participação nas situações de emergência pode ser apreendida como estratégica para a consolidação de posicionamentos que fortaleçam uma outra imagem e um outro lugar para o Serviço Social, mais alinhados com os princípios e valores profissionais, com suas atribuições e competências, enfim, com o projeto profissional do Serviço Social. Contudo, lançar mão das situações de emergência como espaço de fortalecimento e não de subalternidade requer clareza profissional, clareza de

projeto, incursão no debate e na institucionalidade dos desastres, de forma a tornar esta perspectiva efetivamente viável.

Uma outra reflexão que contribui para pensar esta questão pode ser encontrada em Coelho (2016). Em seu estudo, a imediaticidade é compreendida como “uma categoria reflexiva que designa um certo nível de recepção do mundo exterior pela consciência” (COELHO, 2016, p. 31). Nesse sentido, tomá-la como única forma de compreensão do mundo leva ao aprisionamento do saber no nível do imediato e desconsidera a direção social do trabalho do assistente social. A partir de uma apreensão dos fenômenos desconectados de sua essência e historicidade, produz-se uma supervalorização do aqui e agora na qual o conhecimento válido passa a ser aquele que advém da experiência como sujeito singular, referente a um objeto também singular.

Se, por um lado, a compreensão que Coelho traz sobre a imediaticidade revela sua insuficiência para a apreensão dos fenômenos em sua essência, por outro, reafirma a sua importância. Na condição de constitutivo e constituinte do movimento dialético, cabe não apenas a negação, mas também a conservação do imediato, tendo em vista ser o ponto de partida para o desvelamento da realidade social. A imediaticidade é o campo do concreto e o campo do concreto é o espaço de transformação. “É, pois, na esfera do cotidiano do ser social que a prática profissional crítica deve provar o caráter terreno dos compromissos que a filiam à perspectiva de emancipação humana.” (COELHO, 2016, p. 51)

Esta afirmação faz sentido, considerando o caráter interventivo do Serviço Social. O cotidiano é o espaço de legitimidade da profissão, é nele que perfilam as respostas profissionais. Iamamoto (2010) resgata a apreensão de Lefebvre, na qual o cotidiano é visto como espaço contraditório no qual estão presentes elementos tanto alienantes como a possibilidade de realização de mudanças.

Outro aspecto que contribui para pensar o momento da emergência no contexto dos desastres como um espaço de prática profissional é a trajetória realizada pela própria assistência social. Negada pelo Movimento de Reconceitualização por ser considerada uma área restrita às atividades de cunho

assistencialista, ainda hoje a assistência social encontra resistências para se afirmar enquanto espaço de atuação profissional da perspectiva do direito. A convivência com a cultura patriarcal e coronelista, que ainda hoje perdura nos espaços públicos, fortalece conotações de cunho assistencialista e clientelistas presentes na área. No entanto, conforme abordado anteriormente, uma outra visão da área busca apreendê-la como campo também permeado por possibilidades. Vale o resgate realizado por Iamamoto (2010) no sentido de pensar a assistência desprovida de uma conotação prévia, seja ela boa ou ruim. Ao travar um diálogo com o que denomina de tese da assistência social, a autora recupera a produção de Leila Lima Santos, a qual atribui o pioneirismo do debate do caráter contraditório presente na assistência social, assim como a importância da compreensão das condições econômicas, políticas e culturais que determinam seu caráter e suas finalidades. Para Santos, o “trabalho assistencial não é nem “um mal necessário” e nem “libertador *per se*” (SANTOS, 1982, p. 196 *apud* IAMAMOTO, 2010, p. 303). Nesse sentido, se é importante reconhecer seus limites, do mesmo modo, torna-se fundamental valorizar seu potencial e os benefícios aos quais as classes subalternas tem acesso a partir dos serviços prestados pela assistência social.

Pautada em Yazbek (1993 *apud* IAMAMOTO, 2010), outra autora do Serviço Social reconhecida pelo seu estudo sobre a assistência social, Iamamoto (2010, p. 305) afirma:

Sendo a assistência uma das dimensões em que se imbricam as relações entre as classes e destas com o Estado, ela abrange o “conjunto de práticas que o Estado desenvolve de forma direta ou indireta junto às classes subalternizadas, com sentido aparentemente compensatório de sua exclusão”, conformando-se como um campo de acesso a bens e serviços. Enquanto estratégia contraditória da gestão estatal da pobreza das classes subalternas, o assistencial é, na ótica do Estado, um “mecanismo de estabilização social” e, para os segmentos subalternos, uma forma de “acesso a recursos e serviços”, parte da gestão estatal da força de trabalho. Entretanto, a assistência também abre um espaço de resgate do seu protagonismo na luta pelo reconhecimento dos direitos de cidadania social, atribuindo às demandas dos subalternos uma legitimidade pública (IAMAMOTO, 2010, p. 305).

Ainda na busca por situar a importância da emergência como um espaço profissional, é importante lembrar que, dadas as precárias condições de vida e as inúmeras dificuldades de acesso a direitos por parte das classes

subalternas, há de se reconhecer que, algumas vezes, é somente após o impacto que os afetados têm a garantia de atendimentos na área de saúde, por exemplo, a possibilidade de emissão de documentos e o acesso às moradias providas de estruturas mínimas.

Ainda que tais aspectos, na nossa compreensão, sejam insuficientes para falarmos de um lado positivo dos desastres, ignorar que, frente à infinidade de violações, o cenário dos desastres, por vezes, acaba por possibilitar o acesso a direitos básicos, também seria privilegiar uma visão restrita de um processo tão complexo como dos desastres.

Sobre este ponto, vale destacar que a defesa dos direitos, com a clareza de que sua garantia é apenas um degrau no processo, porém fundamental dadas as degradadas condições de vida de parte dos trabalhadores e segmentos mais subalternos das classes trabalhadoras, é uma necessidade. Esta defesa fortalece o reino dos direitos, nos termos de Vargas (2015).

Considerando o exposto até aqui, entendemos que a crítica não deve estar direcionada para o trabalho de assistentes sociais na emergência em si, mas à forma como o assistente social se insere, ou seja, predominantemente de maneira descolada das outras etapas que envolvem a gestão dos desastres, à mercê das ordens e interesses de outros profissionais, sem planejamento das atividades e acompanhamento posterior dos usuários atendidos. Nota-se que estas questões são alimentadas pela própria visão reducionista dos desastres. A aproximação de uma outra visão, que concebe o desastre como um processo mais relacionado aos mecanismos produtores de desigualdades do que, propriamente, aos fatores físicos desencadeantes, contribui para que a intervenção profissional, mesmo em momentos de emergência, ocorra em outros moldes e se vincule a outras etapas, possibilitando recompor a perspectiva de totalidade.

O debate sobre a efetivação do projeto ético-político que também contribui para a reflexão sobre o trabalho de assistentes sociais na gestão de desastres está presente em Bonfim (2015). Os resultados da pesquisa realizada pela autora que tem como base o período entre 1993 e 2011 revelam que elementos como o autoritarismo, o clientelismo, o fisiologismo e a subalternidade ainda se mantêm presentes no exercício profissional de

assistentes sociais. Bonfim (2015) afirma que apesar do processo de laicização pelo qual a profissão passou na dinâmica da renovação profissional, eles não foram suficientes “para alterações significativas no que se refere à influência dos valores cristãos na vida dos assistentes sociais” (BONFIM, 2015, p. 119), fazendo com que alguns aspectos que marcam o ethos profissional em sua origem encontrem traços de permanência nos dias atuais.

A autora destaca que assistentes sociais assumem funções muitas vezes requisitadas e delimitadas por outros profissionais, levando ao desenvolvimento de ações que não são de sua competência. Nesse processo, chama a atenção para a condição de “subalternidade técnica e social” do Serviço Social diante das outras profissões, muitas vezes fruto da falta de clareza sobre as atribuições e competências profissionais:

Isso traz consequências para a profissão: ao serviço social são atribuídas as mais variadas funções, desde atividades desprofissionalizadas até aquelas que fogem à competência profissional. Esse fato reforça a subalternidade profissional, restringindo, cada vez mais, aos assistentes sociais a participação nos espaços de planejamento, gestão e avaliação das políticas institucionais. (BONFIM, 2015, p. 201)

As reflexões e conclusões de Bonfim (2015) possui pontos em comum com o estudo de Ortiz (2010), mencionado anteriormente. Em suma, “trata-se de uma profissão que tende a assumir na divisão social e técnica do trabalho uma posição subalterna se comparada às demais.” (ORTIZ, 2010, p. 129)

Para compreender o processo de influência das condições objetivas na prática profissional, Bonfim (2015) recupera elementos de análise do processo social brasileiro pós-ditadura. A autora sustenta que a permanência e o acirramento da desigualdade social e o neoliberalismo como tendência internacional fazem com que o predomínio de uma moralidade conservadora não seja apreendido como algo exclusivo da profissão, mas como reflexo de uma característica que marca o processo de desenvolvimento do país. Nessa perspectiva, demonstra que elementos como o autoritarismo, o clientelismo e o paternalismo se encontram enraizados na sociedade brasileira, o que dificulta o desenvolvimento de uma “cultura verdadeiramente democrática” (BONFIM, 2015, p. 130). Além disso, seus rebatimentos na profissão influenciam sobremaneira o lugar e as possibilidades do Serviço Social, dificultando a construção de uma “moralidade de ruptura.” (BONFIM, 2015, p. 130).

Este tipo de leitura mostra-se essencial para a compreensão do momento atual, tendo em vista que as alterações no mundo do trabalho, as notícias sobre os enxugamentos da “coisa pública”, o desmonte dos direitos sociais em suas mais variadas dimensões, agravados pela retomada do projeto neoliberal na sua versão mais radical desde junho de 2016, tornam muito atual o “avanço em direção ao passado” denunciado por Laurell (2002) na década de 1990 e desafiam o projeto ético-político, tornando-o cada vez mais tensionado.

Corroborando com as suas reflexões, é possível afirmar que, no caso da gestão de desastres, os desafios de efetivação do projeto profissional apresentam-se com bastante força. Questões como a abordagem hegemônica dos desastres, a partir da qual prevalece a concepção dos desastres como eventos pontuais e desvinculados no sistema social, a perspectiva objetivista do risco, que atribui aos indivíduos, isoladamente, a responsabilidade pelas suas condições de vida e vulnerabilidades, a prevalência de práticas imediatistas, entre outros aspectos, fazem com que, no campo dos desastres, sejam identificados valores e ações muito mais voltados aos traços que marcam a profissão em sua origem, como o assistencialismo e o clientelismo, no tratamento das expressões da questão social, em uma perspectiva moralizadora, do que propriamente para os princípios e objetivos que definem o projeto profissional do Serviço Social na contemporaneidade.

São questões que ganham especial materialidade no contato com os órgãos de proteção e defesa civil, responsáveis pela coordenação da gestão de desastres no Brasil. Neste contato, outros aspectos, mais específicos, se somam aos primeiros, entre eles, a cultura fortemente hierárquica e machista presente nesses espaços, o perfil das equipes, formado, em sua grande maioria, por profissionais oriundos das carreiras militares e a prevalência do autoritarismo e da obediência, como dois polos de um mesmo processo.

Acrescenta-se ainda o tipo de inserção profissional que o assistente social vem tendo no campo dos desastres que tem sido constantemente marcado por ações pontuais e imediatistas realizadas após a ocorrência de impactos.

Não é difícil supor que, considerando o contexto supramencionado, os agentes que representam o Serviço Social, uma profissão eminentemente

feminina, oriunda das ciências humanas, marcada por uma outra racionalidade, detentora de um conhecimento específico e portadora de um projeto profissional que se pauta em princípios e objetivos que estão na contramão da racionalidade hegemônica, encontrem grandes dificuldades para romper as barreiras que emergem neste campo. Vale lembrar que os dilemas postos no campo dos desastres estão relacionados à própria forma como a gestão de desastres vem se desenvolvendo no Brasil, transcendendo o exercício profissional de assistentes sociais. Eles encontram-se ancorados em uma interpretação e intervenção no real que desconsidera o saber popular e outros saberes, ainda que técnicos e acadêmicos, e os interesses que vão de encontro ao que está posto.

Tendo em vista que o projeto profissional do Serviço Social rema na contramão da ordem vigente, a existência de um conflito entre intencionalidade e condições objetivas é inerente e permanente à prática profissional do assistente social. No entanto, é importante apreender tais dilemas como tendências que, se por um lado reforçam os desafios na implementação do projeto profissional, por outro, não devem ser tomados como uma realidade dada, um fato consumado, sobre o qual não há o que ser feito.

Como destaca Bonfim (2015), se é verdade que o conservadorismo é uma tendência que constitui a profissão desde a sua gênese, também é verdade que esta não é a única. Nesse sentido, é fundamental ter em mente que expressões do conservadorismo coexistem com outras no âmbito profissional do Serviço Social. Considerando que a prática profissional se pauta na relação entre as demandas postas para a profissão e sua capacidade de respostas, faz-se mister lembrar que assistentes sociais também têm buscado/alcançado protagonismo em uma série de espaços socioocupacionais, conquistando posições de liderança e visibilidade tanto de suas ações, como do próprio projeto profissional, de forma mais ampla.

Iamamoto (2010) afirma que, embora ainda predomine a execução das políticas sociais como principal atividade desenvolvida por assistentes sociais, esta deixou de ser a única forma de atuação profissional. A descentralização das políticas públicas desencadeada, em grande medida, pelo processo de municipalização, fez com que os espaços de intervenção profissional do

Serviço Social fossem ampliados. A autora lembra que este processo vem acompanhado de uma exigência de novas qualificações, entre elas o conhecimento sobre a realização de diagnósticos socioeconômicos, a competência para realização de planejamento, gerenciamento e avaliação de programas e projetos, além de consultorias, assessorias, conhecimento sobre orçamento público, etc.

No caso dos desastres, Vargas (2015) valoriza a potencial participação que as assistentes sociais podem ter em outras etapas da gestão dos desastres, voltadas para o planejamento, assessoria, a avaliação de programas e projetos, por exemplo. A autora chama a atenção para a importância do alinhamento entre a intervenção e intencionalidade no exercício profissional, normalmente distintas das dominantes neste campo.

Torna-se de grande valia pensar esta questão à luz da autonomia relativa. Presente na obra de Yamamoto desde suas primeiras produções (IAMAMOTO & CARVALHO, 1998) e (IAMAMOTO, 2002), a autonomia relativa refere-se à certa liberdade que o assistente social dispõe no desenvolvimento de seu trabalho, apesar dos limites colocados pela sociedade burguesa.

Esta autonomia possui certa elasticidade, sendo assim, poderá aumentar ou diminuir de acordo com a correlação de forças, mas também com a capacidade dos profissionais e da categoria de estabelecerem mediações e construir estratégias no seu exercício profissional, de planejar, executar, sistematizar e avaliar suas atividades, de se articular com outros sujeitos, de articular conhecimentos e realizar uma leitura crítica da realidade. “Assim, se a profissão dispõe de condicionantes sociais que ultrapassam a vontade e a consciência de seus agentes individuais, ela é também fruto dos sujeitos que a constroem coletivamente, forjando respostas profissionais.” (IAMAMOTO, 2010, p. 221)

A inserção de assistentes sociais na perspectiva que orienta o projeto ético-político, para além de possibilitar uma compreensão mais crítica da gestão de desastres em todas as suas fases, pretende apreender este campo como um importante espaço de exercício profissional, no qual é possível contribuir para a fomentação de princípios e valores voltados para a garantia de

direitos, da democracia, da equidade, da justiça social, entre outros presentes no projeto profissional do Serviço Social.

O caráter interventivo que incide sobre a profissão, assim como seu objeto de intervenção, a questão social e suas manifestações, fazem com que seu trabalho seja, majoritariamente, marcado pelo contato direto com os segmentos mais vulneráveis das classes trabalhadoras. Como nos ensina lamamoto (2009), estas características que tratam da interferência na vida dos usuários devem ser apropriadas não para a reprodução das ações de controle e vigilância, mas para se solidarizar com os usuários. O ato de se solidarizar com os afetados requer uma aproximação efetiva com suas demandas, com seu modo de vida, com seus valores e percepções, no sentido de ultrapassar visões preconcebidas e perpetuadas de forma tão incisiva nos espaços decisórios que envolvem a gestão dos desastres.

Um exemplo nesta direção é a contribuição de Vargas (2013) no que se refere ao debate sobre a secundarização dos riscos. Com base em um estudo desenvolvido por Rosa (2006 *apud* VARGAS, 2013), a autora lança um olhar diferenciado para uma questão que tem se apresentado de forma bastante polêmica no campo dos desastres. Trata-se da permanente incompreensão e, poderíamos dizer, certa indignação de profissionais do corpo técnico, incluindo assistentes sociais, no que se refere às frequentes resistências encontradas no público afetado em deixar seus locais de moradia. Vargas, ao se voltar para a escuta de moradores de bairros de Teresópolis, cidade situada na região serrana do Rio de Janeiro e gravemente afetada pelo impacto de 2011, observa que, na perspectiva dos afetados, a conformação do lugar perpassa outros aspectos, em sua maioria positivos, a partir dos quais os riscos relacionados aos impactos propriamente ditos são secundarizados.

Ainda nessa perspectiva, torna-se fundamental romper a barreira que mantém o usuário passivo diante da realidade. Sem a vocalização dos sujeitos, dificilmente a construção de uma alternativa diferente e verdadeiramente alinhada ao projeto profissional do Serviço Social será possível.

A esta questão soma-se a compreensão das políticas públicas, espaços privilegiados de intervenção de assistentes sociais, são também campos de disputa. Nesse sentido, a busca pela efetivação do projeto profissional do

Serviço Social deve ser constante e permear as práticas profissionais cotidianamente, por meio do diálogo e do esclarecimento sobre posições, seja junto aos usuários, seja em meio aos outros profissionais e lideranças com os quais o assistente social lida em seu exercício profissional.

O fortalecimento deste outro viés, voltado para a defesa dos interesses dos afetados requer um aprofundamento - urgente e necessário - das questões que envolvem o tema, em uma perspectiva crítica. Conhecer o campo dos desastres, os projetos em disputa, as diferentes perspectivas que o atravessam torna-se fundamental, tendo em vista que as respostas que assistentes sociais terão condições de oferecer estarão diretamente relacionadas com a sua capacidade de leitura da realidade.

Processos sociais complexos como os desastres devem ser descortinados por meio de um resgate da perspectiva de totalidade, que contribua para desvendar as forças e interesses que se escondem por trás de discursos e práticas de proteção, mas que, na maior parte das vezes, servem para legitimar a desterritorialização de camadas pobres da população dos locais visados por setores na economia, sejam eles diretamente rentáveis, sejam constitutivos de espaços “vazios” que objetivam valorizar locais frequentados pelos segmentos da população de maior poder aquisitivo. Essa perspectiva traz possibilidades de intervenções mais alinhadas com o projeto ético-político do Serviço Social. Enquanto profissão dedicada à compreensão da dinâmica social e à intervenção nas expressões da questão social, o Serviço Social possui papel importante no sentido de contribuir para a ruptura com a lógica objetivista hegemônica no campo dos desastres.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repensar do Serviço Social, situado no contexto histórico do qual faz parte, apesar de fundamental, não elimina as contradições postas na sociedade. Estas contradições compõem o campo de trabalho no qual o assistente social se insere. No entanto, reconhecer outras inserções possíveis na gestão de desastres contribui para o fortalecimento da perspectiva defendida neste artigo. Considerando a complexidade que envolve o desastre como um processo, seu tratamento requer a participação ampla de diferentes

setores, equipes e profissionais, de forma a tomá-lo em sua totalidade e exercitar a capacidade de oferecer respostas menos fragmentadas às demandas surgidas e/ou evidenciadas a partir dele.

A articulação entre a política de proteção e defesa civil e as demais políticas, como de meio ambiente, de assistência social, de saúde, de educação, as políticas de desenvolvimento urbano, incluindo a política de habitação, dentre tantas outras, torna-se fundamental para a intervenção em contextos de desastres, não apenas após a ocorrência de impactos, mas em todo o processo que envolve a sua gestão, incluindo a prevenção. Fundamental também se faz a integração de diferentes campos de conhecimento, como a Sociologia, a Psicologia, a Pedagogia, a Geografia e o próprio Serviço Social, enquanto área de pesquisa reconhecida, com vistas a um enriquecimento dos olhares sobre os desastres. Este tipo de articulação e integração possibilita a apreensão dos desastres impregnados das relações sociais estabelecidas na realidade em que emergem e, conseqüentemente, uma intervenção de caráter menos restritivo sobre eles.

Nota-se que, tanto as políticas sociais como as áreas de conhecimento citadas se constituem em campos nos quais assistentes sociais encontram-se inseridos em seu cotidiano profissional e, como tal, podem ensejar vinculações mais voltadas para todo o processo da gestão de desastres e não apenas para etapas específicas. Cabe lembrar aqui a importância da participação de assistentes sociais na elaboração de planos diretores, processos de regularização fundiária e gestão de terras e na construção/distribuição de moradias populares. Quando voltados para a garantia de direitos e escuta da população interessada, estes processos apresentam avanços importantes, garantindo acesso a bens e serviços e, principalmente, o fomento a uma outra perspectiva de direito à cidade. De forma mais geral, as políticas de desenvolvimento urbano apresentam muitas possibilidades. O aspecto educativo presente nelas faz com que se mostrem como espaços privilegiados na construção de uma cultura participativa e preventiva de desastres, inclusive na interface com outras políticas.

O desenvolvimento das ações se constitui em um campo de possibilidades em direção ao fortalecimento de uma inserção do Serviço Social

em uma perspectiva mais propositiva e menos subalterna, para além do momento da emergência. Ações voltadas para a prevenção, a mitigação e a preparação podem contribuir para uma alteração da perspectiva dos desastres, assim como da sua gestão.

É com base neste entendimento que temos insistido na importância de uma apreensão, por parte da categoria, de conceitos e debates voltados para a questão do desastre. Compreender os desastres, os riscos, a questão ambiental, a política de defesa civil, entre outros conceitos e temas relacionados à gestão de desastres à luz da teoria crítica é fundamental para uma melhor apreensão do real, para além de sua aparência fenomênica, e para a efetivação de uma prática profissional mais qualificada.

REFERÊNCIAS

AVILA, Maria Roseli Rossi; MATTEDI, Marcos Antonio; SILVA, Maria Salete da. Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a atuação profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.129, pp.343-365, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000200343&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BONFIM, P. **Conservadorismo moral e Serviço Social:** a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

COELHO, M. A. Imediaticidade na prática profissional do assistente social. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Orgs.) **Serviço Social:** temas, textos e contextos. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

DUTRA, A. S. **Gestão de desastres e Serviço Social:** reflexões críticas sobre a atuação profissionais de assistentes sociais junto aos órgãos de proteção e defesa civil. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

KLEIN, N. **The shock Doctrine**: The rise of disaster capitalism. Toronto: Knopf Canada, 2007.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, A. C. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. Tradução Rodrigo León Contrera. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.151-178.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no período pós-64. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Editora E-papers, 2010.

QUARANTELLI, E. L. Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, 1, p. 25-56, 2015.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 104, p. 750-772, 2010.

SANTOS, A. R. et al. A intervenção estatal em situações de desastres naturais: uma análise do papel da política de assistência social. In: CARMO, R.; VALENCIO, N. (Orgs.) **Segurança humana no contexto dos desastres**. São Carlos: Rima, 2014.

SANTOS, C. M. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. 3. ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, R. **Gestão de desastres e política de assistência social**: estudo de caso de Blumenau/SC, 2012. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SIQUEIRA, A. Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas. SIQUEIRA, A. et al (Orgs.). **Riscos de desastres relacionados à água**: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a **análise de casos concretos**. São Carlos: Rima editora, 2015.

VARGAS, M. A. R. Reino da necessidade versus reino dos direitos: desafios e impasses ao assistente social em contextos de desastres. In: SIQUEIRA, A. et al. (Orgs.). **Riscos de desastres relacionados à água**. São Carlos: Rima, 2015.

VASCONCELOS, A. M. **A prática do Serviço Social**: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Prática Reflexiva e Serviço Social em Pauta, Rio de Janeiro: UERJ/FSS, n. 10, p. 131-182, 1997.

VASCONCELOS, A. M. et al. Serviço Social e práticas democráticas na saúde. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, p. 242-272, 2006.